

Relatório
IV Conferência Internacional do Forte de Copacabana
Segurança Internacional: um diálogo Europa–América do Sul
Rio de Janeiro, 15 e 16 de novembro de 2007

Henning Suhr, Luis Fernando Blanco

I – Observações preliminares e objetivos da conferência

A IV Conferência Internacional do Forte de Copacabana foi resultado da parceria entre o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Centro de Estudos das Américas (CEAs) da Universidade Cândido Mendes, a Cátedra Mercosul da *Science Politiques* e da Fundação Konrad Adenauer no Brasil. Ainda, contou também com o apoio da União Européia. Seus objetivos foram dar continuidade aos debates sobre segurança e defesa a partir de uma perspectiva bi-regional, buscando promover cooperação e intercâmbio inter-regional de idéias, a formação e intensificação de redes de contacto entre especialistas e tomadores de decisão, e trazer para o Brasil uma discussão de temas atuais da agenda de segurança internacional. Nesta edição, os temas selecionados para discussão foram a cooperação em matéria de defesa e segurança, o cenário regional de segurança na Ásia, o debate sobre a existência de uma corrida armamentista na América do Sul e o problema do tráfico ilegal de armas leves e de pequeno porte.

II – Participantes

O evento contou com participação reservada a convidados militares, acadêmicos, representantes de organizações internacionais e não-governamentais, empresários, jornalistas e diplomatas. Dentre os palestrantes, destaca-se o fato de se contar com a presença de representantes das Américas Latina e do Norte, da Europa, da Índia e da China. A presença dos Ministros da Defesa de Brasil e Portugal - Nelson Jobim e Nuno Severiano Teixeira, respectivamente - e também aquela dos palestrantes e comentaristas nacionais e

internacionais gerou um grande interesse da mídia e dos convidados. Cerca de 140 pessoas participaram do evento.

III – Mídia

O evento contou com grande cobertura na mídia em geral. Na semana do evento, entre os dias 11 e 17 de novembro, e na semana seguinte, entre os dias 18 e 24 de novembro, foram veiculadas 130 matérias com vinculação ao evento: 22 na mídia impressa, 102 em sites da internet, 5 em televisão (ocupando um espaço total de 15 minutos) e 1 em rádio (ocupando um espaço de 11 minutos).

IV – Formato

Durante o almoço de abertura, o Ministro da Defesa do Brasil, Sr. Nelson Jobim, e o Ministro da Defesa de Portugal, Sr. Nuno Severiano Teixeira, inauguraram o evento com apresentações respectivas da política da defesa do Brasil e da União Européia. Após o almoço de abertura, iniciaram-se os debates em torno das seis mesas. Cada uma das mesas realizadas ao longo dos dois dias de evento contou com a exposição de ao mínimo dois palestrantes, por 15 minutos cada, sobre um tema específico. Em seguida, um ou dois comentaristas podiam, por 10 minutos cada, não só comentar as exposições dos palestrantes, mas também apresentar outros elementos sobre o debate acerca do tema. Assim, buscou-se reservar uma maior parte do tempo disponível para a realização de um debate com a participação do público.

V – Conteúdo dos debates

No almoço de abertura, o evento contou com as palestras do Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, e do Ministro da Defesa de Portugal e Presidente do Conselho dos Ministros de Defesa da União Européia, Nuno Severiano Teixeira. O Ministro da Defesa brasileiro destacou a importância do aparelhamento das Forças Armadas brasileiras tendo em vista a modernização e necessidade de recursos para a execução de tarefas de Estado

democraticamente definidas de maneira adequada. Destacou também a necessidade de construção de um centro tecnológico independente de maneira que o Brasil tenha capacidade de produção dos insumos necessários para a mobilização de suas forças, demandando dessa maneira um ajuste entre o setor privado e o setor de defesa. Ressaltou, contudo, a importância do desenvolvimento de uma indústria brasileira, mas estando consciente de que muitas vezes o setor privado nacional não tem condições de suprir esta demanda, tornando-se então necessária a transferência de tecnologia de outros países.

Nelson Jobim afirmou que o Brasil é um protagonista regional, e essa liderança demanda certas responsabilidades, entre elas o envio de tropas para o Haiti. Da mesma maneira, o Ministro brasileiro enfatizou a necessidade de o país não mais manter-se alheio à América Hispânica e de ampliar sua inserção regional e global.

O Ministro Nuno Severiano Teixeira destacou o evento de 11 de setembro como um momento de virada estratégica mundial essencial. A ameaça transnacional do terrorismo, sentida diretamente no solo europeu, foi apresentada como uma ameaça às democracias, criando um contexto em que questões de promoção da paz tornam-se fundamentais no âmbito da União Européia. O Ministro destacou a importância da busca da paz ao longo da trajetória de integração europeia e da importância da União Européia como um ator responsável pela manutenção da ordem e da paz no sistema internacional. Apesar das dificuldades enfrentadas em lidar com questões de segurança mesmo próximo do continente europeu, como a questão de Darfur, a UE vem observando sinais de avanço no âmbito da sua Política de Européia de Segurança e Defesa. A UE possui um conceito estratégico que identifica claramente as ameaças a sua segurança e que permite uma visão comum de suas prioridades estratégicas. Apesar da necessidade de reatualização dessa doutrina estratégica, o Ministro chamou a atenção para o crescente papel da UE como um agente de promoção de estabilidade e segurança internacional, como sua presença no Congo. Por fim, o Ministro Nuno Severiano Teixeira enfatizou a necessidade de parcerias para a promoção de segurança. Nesse contexto, enfatizou a parceria com o Brasil baseada em uma visão comum de valores democráticos e multilaterais.

Neste ano a Conferência não se focou somente em um tema específico, permitindo em cada painel a discussão de questões específicas sobre segurança e defesa. Os debates iniciaram-se em torno da discussão sobre a atuação das Forças Armadas nas missões externas. Dois exemplos de comandos conjuntos, o da EUFOR na República Democrática do Congo e de Argentina e Chile com o batalhão “Cruz Del Sur”, foram apresentados.

O Coronel Laurent Marboeuf, Subchefe do Estado-Maior para Operações do Quartel General da EUFOR apresentou a experiência de êxito européia na República Democrática do Congo como um marco de implementação de intervenções militares européias para o auxílio à restabilização democrática de outras nações. No que diz respeito à organização em comandos conjuntos, defendeu a existência de uma única nação liderando as operações e a presença de forças especializadas de outras nações atuando como apoio. Por sua vez, o subsecretário de Guerra chileno, Gonzalo García Pino, definiu sua apresentação da força combinada “Cruz del Sur” como a apresentação de um sonho integracionista que visa a garantia da manutenção da paz da região. Assim como as operações da EUFOR, é uma iniciativa que visa estar de acordo com as resoluções e mandatos das Nações Unidas, mas, por ser uma iniciativa bi-regional, em caso de mobilização e implementação de uma operação apresenta um caráter distinto daquele apresentado pela EUFOR, já que não haveria uma única nação no comando e sim de fato um comando combinado entre Argentina e Chile. Outra diferença destacada pelo Coronel Alejandro Sosa, do Estado-Maior do Exército Uruguaio, diz respeito ao objetivo das operações da EUFOR e do Batalhão “Cruz del Sur”. Apesar de serem ambas iniciativas voltadas para a promoção da paz, o Coronel destacou o fato de que antes de tudo, o projeto de força combinada entre Argentina e Chile diferencia-se pela especificidade de ter o objetivo de promover a confiança mútua entre os dois países e que de fato isso é fundamental já que o êxito de tais iniciativas conjuntas depende de um processo de integração sólido entre as partes envolvidas.

No segundo painel do evento, o Coronel Werner Heidemann, do Ministério de Defesa da Alemanha, defendeu iniciativas de desarmamento globais como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e outras iniciativas regionais de controle e redução de armamentos. O

Coronel destacou a Estratégia de Armas de Destruição em Massa da UE, a “Proliferation Security Initiative”, o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa e sua versão adaptada (A-CFE), o Documento de Viena (1999), o “Open Skies Treaty” e as iniciativas em torno ao controle de armas leves e de pequeno porte. Destacou a importância do caráter universal das iniciativas de controle de armamentos e sua real efetividade na promoção de segurança. Por sua vez, o Ministro Marcos Vinicius Pinta Gama, do Ministério brasileiro das Relações Exteriores, buscou apresentar uma visão sul-americana acerca da questão da proliferação de armas de destruição de massa. O Ministro Pinta Gama enfatizou o descontentamento brasileiro sobre a postura das grandes potências em não cumprir com as cláusulas do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e enfatizou a região sul-americana como uma zona de paz e de defesa do desarmamento global. Destacando a Declaração sobre Segurança das Américas (2003), defendeu a existência de um consenso hemisférico sobre o desarmamento e sobre as novas ameaças à segurança da região. Ainda, destacou o fato de que a democracia é um valor consensual compartilhado na região e que não existe a possibilidade de surgimento de uma corrida armamentista. Nesse contexto, afirmou a inexistência de riscos de desestabilização regional já que não há de fato países armados na região que possam gerar qualquer sentimento de ameaça em seus vizinhos.

No terceiro painel do evento, a discussão foi centrada na questão da emergência da China como uma potência militar. A pesquisadora Gudrun Wacker, da *Stiftung Wissenschaft und Politik*, discutiu a ascensão do poderio chinês e chamou a atenção para o fato de que hoje se passa a ter a existência de dois atores de extrema relevância na Ásia, EUA e China, mas que nenhum Estado na região quer se decidir a favor de uma aproximação exclusiva com um ou outro. O dilema atual dos países da região apresentado pela senhora Wacker é o de se continuar usufruindo dos benefícios do crescimento econômico chinês, mas estando atentos para os riscos que uma contínua ascensão militar chinesa pode ter na região. Nesse contexto, a senhora Wacker chamou a atenção para o fato de que ainda se poder questionar até que ponto essa ascensão realmente se concretizará, dados os grandes desafios que a China tem em lidar com problemas domésticos que são grandes obstáculos a ser superados na busca de um status de grande potência. Afirmando de maneira mais concreta a ascensão do poder militar chinês, o professor Craig Deare, da National Defense University,

apresentou elementos para reforçar as crescentes capacidades militares chinesas, ressaltando sua crença de que a China vem buscando sim um reposicionamento como potência regional e possivelmente como um poder global. Para o professor Deare a grande questão que se coloca é se a China visa ser uma potência de status quo, caso em que não haveria grandes problemas, ou se tem planos de ser uma potência que busca um crescimento de seu poder relativo na região e em âmbito global, este podendo sim ser um fato preocupante para seus vizinhos e demais Estados ao redor do globo. Para o professor Deare, sim existem indícios de que a ascensão do poderio militar chinês deve gerar preocupação.

Por fim, o senhor Wang Zaibang, Vice-Presidente dos Institutos de Relações Internacionais Contemporâneas da China, apresentou uma visão oposta. O incremento dos gastos militares chineses, que podem ser vistos como uma postura armamentista perigosa, foi interpretado como em realidade uma postura de modernização das Forças Armadas chinesa, algo há muito tempo necessário. O Sr. Wang destacou o fato de que houve a necessidade de se promover um aumento dos salários nas Forças Armadas, já que os soldos dos militares foram por muito tempo muito abaixo da média dos salários do resto da sociedade chinesa. Dessa maneira, o Sr. Wang afirmou que muito do aumento dos gastos militares se deve a este aumento necessário dos soldos dos militares. O Sr. Wang destacou ainda o contexto conturbado no qual se encontra a China, mas afirmou que a política militar chinesa é eminentemente defensiva e não deve ser vista como uma ameaça.

Dando continuidade a um momento do evento voltado a questões asiáticas, o quarto painel voltou-se para a questão da parceria entre Índia e Estados Unidos. O Major General Dipankar Banerjee, diretor do Instituto de Estudos de Paz e Conflito de Nova Déli, focando na área do sudeste asiático apresentou uma série de preocupações asiáticas na área de segurança: a presença de uma série de Estados falidos, problemas energéticos e ecológicos e, atualmente o mais evidente, o terrorismo. Nesse contexto, o Major General Banerjee, destacou que a postura indiana é a de uma potência regional de status quo preocupada com a paz e a estabilidade ao seu redor. As divergências com o Paquistão e a ameaça do terrorismo devem continuar sendo suas preocupações de segurança regional mais

prementes. Também o relacionamento com a China merece atenção, contudo o Major General Banerjee afirmou não existir uma corrida armamentista entre os dois países.

No que tange especificamente à parceria indo-americana, o Major General Banerjee afirmou não ser ela uma aliança como as que os EUA têm com Austrália e Japão, nem uma estratégia voltada para um terceiro país, como China ou Irã, muito menos uma estratégia indiana de escalada ao status de grande potência. Em sua opinião, é uma estratégia positiva que vai gerar segurança e estabilidade na Ásia. O senhor Donald Camp, do Departamento de Estado dos EUA, partilha do mesmo entendimento sobre a parceria, destacando a importância para os EUA já que se caracteriza como um passo importante de aproximação com um ator de extrema importância que partilha valores ocidentais de democracia, pluralismo e economia de mercado. Uma questão importante debatida foi se a parceria indo-americana contribuiria para a não-proliferação na região. Na visão do diplomata e professor universitário Paulo Roberto de Almeida a parceria é na verdade um incentivo à proliferação na região, enquanto para Donald Camp ela contribui para a não-proliferação a partir do momento em que introduz a Índia, um país antes não vinculado aos regimes de não-proliferação, para uma posição de maior proximidade e abertura à fiscalização e controle internacionais no que diz respeito à proliferação nuclear.

No quinto painel, retornado a um foco sul-americano e a uma discussão abordada no segundo painel pelo Ministro Marcos Vinicius Pinta Gama, buscou-se discutir a cooperação sul-americana em segurança e a existência ou não de uma corrida armamentista na região. Clóvis Brigagão, diretor do Centro de Estudos das Américas, afirmou a inexistência de uma corrida armamentista na região. Apesar da intensificação dos gastos militares venezuelanos, que podem ser vistos como alterando o equilíbrio de poder militar na região, o que pode gerar uma percepção de preocupação dos demais atores sub-regionais, na visão de Clóvis Brigagão não existe uma dinâmica percebida de competição nem uma dinâmica de dilema de segurança em virtude deste armamento venezuelano. A percepção de Diego Fleitas, diretor da Associação de Políticas Públicas, é semelhante, pois compras de armas não significam diretamente a existência de uma corrida armamentista. Contudo, este pesquisador alerta para o fato de que os investimentos militares podem ser perigosos a

partir do momento em que podem gerar mais instabilidade do que a estabilidade a que se propõe em primeira instância. Sobre o tema da cooperação em área de segurança, Diego Fleitas destacou que o fato de não existir uma ameaça exterior faz com que não haja incentivos tão grandes para a cooperação de segurança. Dados os problemas da região, a cooperação no âmbito da inteligência é muitas vezes suficiente. Contudo, Fleitas destacou a necessidade de um avanço institucional em coordenação e no intercâmbio de informações, o que é algo problemático mesmo em âmbito institucional doméstico. Nesse contexto, afirmou que os países da região estão “condenados” a cooperar e a intensificar suas relações na área de segurança.

Por fim, Francine Jácome, diretora executiva do Instituto Venezuelano de Estudos Sociais e Políticos, destacou a debilidade e fragmentação da cooperação em segurança em âmbito sub-regional, o que é influenciado pelo fato de existirem diversos enfoques distintos sobre as ameaças à segurança nos distintos países e diferentes enfoques regionais sobre como enfrentar estas ameaças. Também a própria percepção de existência de uma suposta corrida armamentista é algo que ameaça as possibilidades de cooperação na área de segurança. Jácome também criticou a postura venezuelana por sustentar um discurso que prejudica as possibilidades de integração sub-regional na área de segurança e defesa.

No sexto e último painel do evento a discussão foi voltada para o controle do tráfico ilegal de armas leves e de pequeno porte. Pablo Dreyfus, do Viva Rio, destacou como parte da demanda por armas ilegais que envolvem o Brasil o tráfico de drogas, o conflito colombiano, as zonas trans-fronteiriças com pouco controle estatal (como a tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru) e espaços de “vácuo” de poder do Estado. No que concerne ao Brasil, destacou o fato de que da estimativa de 17 milhões de armas no Brasil, somente 10% encontram-se no poder do Estado, estando o restante em mãos privadas. Ainda, somente 6 milhões destas 17 milhões de armas seriam, segundo Pablo Dreyfus, legais.

Pablo Dreyfus destacou como problemas no Brasil a falta de coordenação de dados entre as polícias estaduais e federal, a corrupção institucional e a falta de equipamentos para

fiscalização. Além disso, no que tange às fontes do comércio ilegal, no que concerne ao circuito interno, destacou o roubo de armas privadas e o desvio institucional e, no que concerne ao circuito externo, destacou o efeito bumerangue (armas vendidas a outros Estados que são então compradas por brasileiros no exterior e posteriormente retornam ao território nacional), armas provenientes de roubos em outros países, o desvio institucional em outros países e as redes internacionais de tráfico ilícito (menos comuns). Dreyfus afirmou que 78% das armas apreendidas no Brasil são brasileiras, mas chamou a atenção para o fato de que muitas armas de uso restrito, como rifles, entram no país provenientes do exterior em suas versões esportivas que, apesar do nome, são armas de grande poder de fogo.

Por fim, Dreyfus destacou a fraqueza do controle formal que permite a entrada de armas ilegais no país. Afirmou que é evidente que a cooperação é importante e, portanto, que a harmonização de leis em nível regional é fundamental. No entanto, enfatizou que tão importante quanto convenções sobre o tráfico ilegal é a regulação do comércio legal doméstico.

Mark Bromley por sua vez abordou os avanços alcançados pela Europa nos últimos 10 anos no que tange à elaboração de leis mais transparentes que regulam o comércio de armas. Segundo o pesquisador inglês do Instituto Internacional de Pesquisas da Paz, em Estocolmo, um fato fundamental é que as armas do mercado ilegal surgem na legalidade e posteriormente, por exemplo no momento de exportação de um país para outro, passam do mercado legal para a ilegalidade. Dessa maneira, torna-se fundamental, segundo Bromley, a existência de licenças de exportação transparentes e procedimentos mais coordenados neste âmbito.

No que concerne ao debate atual na Europa, este se centra na pressão exercida a produtores, transportadores e atores que se encontram fora da UE. Assim, a grande pergunta que se coloca, segundo Bromley, é até que ponto os esforços de contenção do tráfico de armas leves e de pequeno porte vai começar a entrar em conflito com princípios de extraterritorialidade e com a disposição de atores não europeus de ser ditados pelas regras

impostas pela União Européia. Deve-se levar em conta que se pode questionar até que ponto a Europa pode ditar regras quando muito se tem que avançar internamente no espaço europeu de maneira a melhor combater o tráfico ilegal de armas leves e de pequeno porte.

VI – Avaliação final

Pode-se afirmar que a edição deste ano da Conferência foi bastante positiva. Ao contrário das edições anteriores, em 2007 a Conferência do Forte de Copacabana assumiu um caráter diferenciado, não focando exatamente em uma temática específica. Além da diversidade de temas, cabe destacar que o evento adotou uma visão mais ampla, incorporando questões, como as discutidas nos dois painéis realizados focando a segurança no continente asiático, que não se restringiram às relações entre América do Sul e União Européia, mas que não são menos relevantes para um público inserido nos debates sobre segurança internacional. Cabe também destacar que dando continuidade à edição de 2006, os temas de segurança pública também tiveram seu espaço nas discussões, reservando-se o último painel do evento para um tema de extrema relevância no debate bi-regional: a questão do tráfico de armas leves e de pequeno porte.

Por fim cabe mencionar que o público apresentou uma opinião bastante positiva sobre a IV Conferência do Forte de Copacabana. Em avaliação realizada entre os participantes após o evento, aproximadamente 65% dos respondentes avaliaram o evento como muito bom (melhor avaliação possível dentre as opções possíveis).

Nesse contexto, pode-se dizer que o evento correspondeu às expectativas dos organizadores e dos participantes e conseguiu atender aos objetivos para os quais foi idealizado. Deve-se destacar que, como nas edições anteriores, os papers elaborados por palestrantes e comentaristas do evento darão origem a uma publicação, com a qual se tem o objetivo de disseminar os debates promovidos durante o evento para um público mais amplo.

Rio de Janeiro, 20.12.2007